

PIB versus FIB

Paul Singer

O PIB é o grande objeto de desejo das forças que governam as nações em que se divide a humanidade. Ele é a somatória das transações – compras e vendas – realizadas em todos os mercados dum país durante o ano. Como a grande maioria dos bens e serviços produzidos se destina à venda, o valor de todas as transações corresponde ao total de mercadorias produzidas, que passa a ser propriedade dos compradores que os consomem quando se trata de serviços e bens perecíveis ou os usam quando se trata de bens duráveis. De um modo ou outro, as mercadorias produzidas são transacionadas e em seguida passam a satisfazer necessidades e desejos dos que as adquiriram. Daí a noção de que o PIB mede a riqueza produzida durante o ano, que ao ser consumida ou usada passa a ser a causa eficiente do bem estar da população.

Daí a importância econômica e política do PIB ou melhor de sua variação anual, pela qual se mede o sucesso ou o fracasso dos governos. Se não for o único medidor, é certamente dos mais importantes, inclusive porque é fácil de compreender e de avaliar mediante uma simples porcentagem, prontamente comparável com as taxas de variação do PIB do passado assim como as de outros países. Por isso, as nações se esforçam pela expansão perene e intensa de seu PIB. Mas, apesar de seu prestígio, o PIB, enquanto medidor indireto de bem estar, apresenta lacunas. A primeira é que ele não incorpora o desgaste de recursos naturais ocasionado pelo processo produtivo, simplesmente porque ninguém precisa pagá-lo, pelo menos de imediato. Evidentemente, se a terra sujeita a sucessivos plantios e colheitas perde a fecundidade, alguém vai ter que pagar mais pelos seus frutos no futuro, o mesmo valendo por efeito do esgotamento das jazidas de petróleo e de outros minerais e da extinção de espécies de peixes e camarões e de outras prendas da natureza, que aparentemente nada custam durante os anos em que o PIB é produzido.

Esta lacuna do PIB se torna mais grave quando a humanidade se defronta com os efeitos acumulados do consumo de combustíveis fósseis que agravam o chamado “efeito estufa” que causa o aquecimento do clima neste nosso planeta, do qual só podemos esperar calamidades. Esta lacuna afeta o PIB de forma ainda pior pois ele não só não mede o custo da perda dos recursos naturais como contabiliza positivamente os gastos em que as nações incorrem para lutar contra desastres naturais como incêndios florestais, poluição de oceanos por derramamentos de petróleo, terremotos e maremotos.

É lógico que tais desastres exigem gastos elevados para limitar e compensar as perdas que acarretam; no entanto o PIB não só contabiliza estas perdas como adendos positivos ao PIB como faz o mesmo com os gastos exigidos pelas atividades destinadas a evitar que tais perdas se avolumem. Pode parecer incrível, mas quanto mais desastres um país sofre tanto mais o seu PIB aumenta, o que demonstra que seu

crescimento às vezes não representa um aumento do bem estar do povo, mas a sua redução.

A outra lacuna do PIB é que ele ignora a forma como os produtos que o compõem são distribuídos entre a população. Para medir a contribuição do PIB ao bem estar popular o seu valor é dividido pelo número de habitantes do país, resultando daí o PIB per capita. Esta forma de calcular o PIB per capita pressupõe que todos participam dele por igual, ou seja que cada pessoa usufrui um “PIB per capita” o que quase nunca ocorre. No capitalismo neoliberal hoje prevalecente a desigualdade de renda está em aumento: os pobres em sua maioria se tornam mais pobres e os ricos ficam ainda mais ricos.

Por causa destas falhas do PIB, ganha importância a iniciativa do Butão, um pequeno reino localizado no Himalaia, que no ano passado propôs à Assembléia Geral da ONU que a contabilidade nacional adotada pelas nações substitua o PIB pelo FIB, a Felicidade Interna Bruta, que o próprio Butão adota desde 2008 e que foi construído para medir com exatidão a variação da felicidade da população. Como fruto de diversas consultas a amostras de butaneses, os cientistas concluíram que a felicidade pode ser medida pelo grau de suficiência em nove domínios: bem estar psíquico, saúde, uso do tempo, educação, diversidade cultural e “resilience” (termo inglês que designa a capacidade de alguém de rapidamente voltar a uma condição melhor que lhe fora retirada por algum evento externo), boa governança, vitalidade comunitária, diversidade ecológica e “resilience” e padrões de vida. O grau de suficiência é medido em cada domínio por um conjunto de 2, 3 ou 4 indicadores, num total de 33.

Após estudos dos resultados das consultas à população butanense, o governo do Butão chegou à seguinte compreensão do que seja felicidade, nas palavras de seu Primeiro Ministro: “Agora temos distinguido claramente a “felicidade” no FIB do sentimento fugaz e prazeroso de estar bem, tantas vezes associado ao termo. Sabemos que a felicidade verdadeira, fiel a si mesma, não pode existir enquanto outros sofrem e provém apenas de servir aos outros, vivendo em harmonia com a natureza e realizando nossa sabedoria inata e a verdadeira e brilhante natureza de nossas próprias mentes.”

Em julho de 2011 o Reino do Butão apresentou à Assembléia Geral da ONU com o apoio de 68 estados membros uma proposta de resolução A/65/L.86 sobre “Felicidade: por uma abordagem holística ao desenvolvimento”, que foi adotada por unanimidade pelos 193 países membros da ONU. Esta resolução reconhece que “padrões insustentáveis de produção e consumo podem impedir que o desenvolvimento seja sustentável e por isso urge uma abordagem mais inclusiva, equitativa e equilibrada que promova o desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza, felicidade e bem estar de todos os povos.”